

Londrina Iluminação S.A.

(Nova denominação social da Sercomtel Iluminação S.A.)

**Demonstrações contábeis acompanhadas do Relatório do
Auditor Independente**

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

SUMÁRIO

	Página
Relatório do Auditor Independente.....	03
Balanço Patrimonial	06
Demonstração do Resultado do Período	07
Demonstração do Resultado Abrangente	08
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	09
Demonstração dos Fluxos de Caixa	10
Demonstração dos Valores Adicionados	11
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	12

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Administradores da
Londrina Iluminação S.A.
Londrina-PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Londrina Iluminação S.A.** (nova denominação social da Sercomtel Iluminação S.A.) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Londrina Iluminação S.A.**, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Mudança do controle acionário

Em 18 de agosto de 2020, foi realizado o leilão da Sercomtel S.A. Telecomunicações, então controladora da Sercomtel Iluminação S.A. através da sua controlada Sercomtel Participações S.A., tendo como vencedor Bordeaux Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. A efetivação da transferência do controle acionário ocorreu após a anuência da ANATEL em 16 de dezembro de 2020. Como decorrência, conforme previsto no Despacho Administrativo nº 56823/2020, emitido pelo Município de Londrina, o qual integra o edital de referido leilão, ficou estabelecido que o vencedor do leilão se obrigava a transferir a totalidade da participação societária na Sercomtel Iluminação S.A. para o Município de Londrina, pelo valor total global de R\$ 0,01. Como a Sercomtel S.A. Telecomunicações detinha 100% do capital da Sercomtel Participações S.A. e esta, por sua vez, detinha 10% do capital da Sercomtel Iluminação S.A., a transferência desta participação ao Município de Londrina foi efetivada para o pleno atendimento das condições requeridas no edital do leilão da Sercomtel S.A. Telecomunicações. Ato contínuo, em 29 de dezembro de 2020, o Município comunicou à Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização – CMTU – LD, sociedade de economia mista, cujo capital pertence, majoritariamente, ao Município, que iria transferir as ações recebidas da Sercomtel Participações, para a CMTU – LD, o que ocorreu, efetivamente, em 30 de dezembro de 2020.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a

formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de



auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maringá-PR, 01 de fevereiro de 2022

BEZ Auditores Independentes S/S
CRC PR 5.010/O-2

Valdemir Bez
Contador
CRC PR 037.262/O-2

	Nota Explicativa	31/12/2021	31/12/2020		Nota Explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	5.657	86	Fornecedores	11	1.093	224
Contas a receber de clientes	7	168	573	Obrigações sociais	12	939	978
Estoques	8	3.317	8.492	Obrigações tributárias	13	324	426
Impostos a recuperar		136	244	Dividendos a pagar	14	-	791
Outros créditos		19	8	Outras obrigações		14	1
Despesas do exercício seguinte		18	8				
Total do ativo circulante		9.315	9.411	Total do passivo circulante		2.370	2.420
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Investimentos	9	-	-	Obrigações sociais	12	-	277
Imobilizado	10	480	569	Obrigações tributárias	13	-	228
Intangível	10	16	28				
Total do ativo não circulante		496	597	Total do passivo não circulante		-	505
				Patrimônio líquido			
				Capital social	15	4.387	3.671
				Reserva legal		442	442
				Reserva de lucros		2.612	2.970
				Resultado do Exercício		-	-
				Total do patrimônio líquido		7.441	7.083
Total do ativo		9.811	10.008	Total do passivo e patrimônio líquido		9.811	10.008

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Nota Explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Receita Bruta		20.197	33.887
Deduções da Receita Bruta		(1.629)	(2.234)
Receita Líquida	16	18.568	31.653
Custos dos Serviços Prestados	17.1	(14.714)	(25.130)
Lucro Bruto		3.854	6.523
(Despesas) Receitas Operacionais			
Despesas Gerais e Administrativas	17.2	(4.414)	(2.286)
Outras Receitas/(Despesas)	17.3	(5)	4
Resultado da Equivalência Patrimonial		-	(2.171)
Resultado Operacional		(565)	2.070
Despesas Financeiras		(44)	(844)
Receitas Financeiras		144	95
Resultado Financeiro	18	100	(749)
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		(465)	1.321
IRPJ Diferido (Provisão para IRPJ)	13	67	(844)
CSLL Diferida (Provisão para CSLL)	13	40	(314)
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício		(358)	163
Lucro (Prejuízo) por Lote de 1.000 Ações		(0,08)	0,04

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(358)	163
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente no período	<u>(358)</u>	<u>163</u>
Lucro (Prejuízo) por ações (Lote de 1.000 ações)	<u>(0,08)</u>	<u>0,04</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Reserva de Lucros			Resultado do Exercício	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	2.271	434	4.253	-	6.958
Aumento de Capital	1.400	-	(1.400)	-	-
Resultado do Período				163	163
Destinação do lucro:					
Constituição de reserva legal	-	8	-	(8)	-
Dividendos distribuídos no exercício	-	-	-	(38)	(38)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	117	(117)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	3.671	442	2.970	(0)	7.083
Aumento de Capital	716	-	-	-	716
Prejuízo do Período	-	-	-	(358)	(358)
Destinação do Prejuízo:					
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos no exercício	-	-	-	-	-
Compensação em reserva de retenção de lucros	-	-	(358)	358	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	4.387	442	2.612	(0)	7.441

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Atividade operacional		
Lucro líquido do exercício	(358)	163
Depreciação e amortização	178	481
Baixas do ativo imobilizado	32	-
Resultado da Equivalência Patrimonial	-	2.171
Ganho por compra vantajosa	-	-
Resultado ajustado	(148)	2.815
Varição em:		
Clientes	405	1.607
Estoques	5.175	13.091
Impostos a recuperar	108	(242)
Outros créditos	(12)	(1)
Despesas do exercício seguinte	(10)	3
Fornecedores	869	(20.572)
Obrigações sociais	(316)	723
Obrigações tributárias	(330)	(197)
Outras obrigações	13	(1)
Caixa proveniente das atividades operacionais	5.754	(2.774)
Atividades de investimento		
Aquisições no Imobilizado	(108)	(344)
Alienação de Imobilizado	-	2
Aquisições de investimentos	-	-
Fluxo de caixa consumido pela atividade de investimento	(108)	(342)
Atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos	(75)	-
Fluxo de caixa consumido pela atividade de financiamento	(75)	-
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa	5.571	(3.116)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	86	3.202
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5.657	86
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	5.571	(3.116)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receitas	20.225	33.978
Vendas de serviços	20.197	33.887
Outras receitas	28	91
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-
Insumos adquiridos de terceiros	13.351	21.426
Materiais aplicados na prestação de serviço	9.004	18.943
Custos dos serviços prestados	2.171	1.680
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	2.144	803
Perdas ou Recuperação de Valores Ativos	32	-
Valor adicionado bruto	6.874	12.552
Depreciação e Amortização	178	481
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	6.696	12.071
Valor adicionado recebido em transferência	144	(2.076)
Resultado de equivalência patrimonial	-	(2.171)
Receitas financeiras	144	95
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	6.840	9.995
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	6.840	9.995
Pessoal	4.662	4.666
Remuneração direta	3.481	3.302
Benefícios	907	1.096
FGTS	274	268
Impostos, taxas e contribuições	2.492	4.322
Federais	2.021	3.676
Estaduais	40	34
Municipais	431	612
Remuneração de capitais de terceiros	44	844
Juros	44	844
Remuneração de capitais próprios	(358)	163
Dividendos	-	38
Lucros retidos	(358)	125

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Londrina Iluminação S.A. (anteriormente denominada Sercomtel Iluminação S.A.) é uma sociedade de economia mista de capital fechado, constituída em 17 de novembro de 2014, sob CNPJ 21.514.376/0001-94, tendo como objeto social:

- a) operar, manter e expandir sistema de iluminação pública, compreendendo iluminação urbana e ornamental, incluindo decorações ornamentais em datas comemorativas;
- b) planejar, implantar, executar, recuperar e melhorar os sistemas municipais de iluminação pública;
- c) montar, reparar, e instalar sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização, inclusive semáforos, em vias públicas, rodovias, ferrovias, portos e aeroportos;
- d) oferecer soluções integradas de iluminação pública, utilizando-se das Tecnologias de Informação e Telecomunicações;
- e) comercializar equipamentos relacionados ao objeto social;
- f) prover operação, planejamento e gerenciamento de serviço técnico, administrativos, financeiros, comerciais e correlatos com o objeto da Sociedade;
- g) participar de SPE – Sociedade de Propósito Específico com natureza de empresa limitada ou sociedade anônima com um objetivo específico;
- h) participar de sociedades, empresas, consórcios e afins, correlatas ao seu objeto social, preferencialmente como majoritária, sempre integrando o bloco de controle, garantindo direito de veto nas matérias de relevância econômica, administrativa e operacional;
- i) prestar serviços administrativos, financeiros e outros que sejam necessários ao regular desenvolvimento empresarial de suas subsidiárias, controladas e/ou coligadas, que direta ou indiretamente possuam participação social da Sociedade, podendo para tanto firmar contratos de gestão e/ou outros instrumentos normativos com os mesmos;
- j) realizar serviços de podas e retirada de árvores de toda a cidade de Londrina, bem como de seus distritos, a fim de potencializar e assegurar a eficiência do sistema de iluminação pública.

1.1 Alteração da Razão Social

Em decorrência do Processo de Desestatização da Sercomtel S.A. – Telecomunicações e da troca do controle acionário (Nota 5), em 24 de novembro de 2021, a 31ª Assembleia Geral Extraordinária aprovou a alteração da denominação social da Sercomtel Iluminação S.A. para Londrina Iluminação S.A., em linha com alteração da marca da empresa. A Londrina Iluminação S.A. (nova denominação social da Sercomtel Iluminação S.A.) também é apresentada nessas demonstrações contábeis como “Companhia” ou “Sociedade”.

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis, bem como as correspondentes notas explicativas, foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, em conjunto com os aspectos estabelecidos nos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Sociedade atua (a moeda funcional) e apresentadas em R\$ (reais), a moeda funcional da Sociedade.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CPC exige que a Administração da Sociedade faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais os quais, eventualmente, podem ser distintos dos valores de realização, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 8** – Estoques;
- **Nota 10** - Imobilizado (vida útil e valor residual);
- **Nota 20** – Contingências;
- **Nota 19** - Instrumentos financeiros.

3. Determinação do valor justo

Algumas políticas e divulgações contábeis da Sociedade podem exigir a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos, caso tenha sido necessário apurá-los, para propósitos de mensuração e/ou divulgação, foram baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

a) Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados, quando aplicável, pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis.

4. Políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na quitação das obrigações de curto prazo.

4.2. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros não derivativos

A Sociedade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio

do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Sociedade desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Sociedade nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Passivos financeiros não derivativos

A Sociedade reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Sociedade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou expira.

A Sociedade classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Sociedade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

4.3. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

4.4. Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando houver.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

b) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a

Sociedade e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

c) Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Sociedade irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento.

As vidas úteis estão mencionadas abaixo:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Equipamentos de informática	05 anos
Equipamentos eletrônicos	05 anos
Veículos	05 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Ferramentas e acessórios	05 anos

4.5. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem substancialmente receitas de rendimentos sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem substancialmente as despesas com juros sobre pagamentos em atraso e despesas bancárias. Também são reconhecidos os juros e multas incorridos sobre itens do passivo, ainda que não liquidados, para permitir que os valores expressem de forma fidedigna a situação na data do encerramento das demonstrações.

4.6. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, e apenas se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

4.7. Imposto de renda e contribuição social

Sociedade é tributada pelo lucro real, sendo o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 60 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

5. Combinação de negócios

5.1. Alteração do controle acionário da Sociedade.

A Lei Municipal nº 12.871, de 12 de junho de 2019, autorizou o Executivo Municipal a proceder a alienação do controle acionário da Sercomtel S.A. – Telecomunicações e suas subsidiárias. Em 18 de agosto de 2020, foi realizado o leilão (Edital de Leilão nº. 0001/2020 – Processo Administrativo nº. PAL/SMGP-0372/2020) com intuito de alienar as ações do Município de Londrina na Sercomtel S.A. – Telecomunicações, cuja sua

subsidiária integral, Sercomtel Participações S.A. possuía participação no capital social da Sercomtel Iluminação S.A. (Londrina Iluminação S.A.). O Despacho Administrativo nº. 56823/2020, parte integrante do leilão, consignou que o grupo vencedor estaria obrigado a alienar a participação da Sercomtel S.A. – Telecomunicações (por meio da Sercomtel Participações S.A.) no capital social da Sercomtel Iluminação S.A. (Londrina Iluminação S.A.). Tendo sido declarado vencedor o Bordeaux Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, cumpridos todos os requisitos legais para a desestatização da Sercomtel S.A. - Telecomunicações, realizou-se no dia 23 de Dezembro de 2020 a 57ª Assembleia Geral Extraordinária da Sercomtel Participações S.A., a qual formalizou a transferência das ações da Sercomtel Iluminação S.A. (Londrina Iluminação S.A.) ao Município de Londrina. Ato contínuo, através do Ofício nº. 703/2020-GAB, em 29 de dezembro de 2020, o Município comunicou à Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização – CMTU-LD que estava transferindo a posse das ações recebidas a essa Companhia, pelo seu valor patrimonial, mediante integralização das mesmas no Capital Social da CMTU-LD. Dessa forma, a partir do presente exercício a Sociedade não possui mais qualquer vínculo com o “Grupo Sercomtel”. O detalhamento da composição acionária da Londrina Iluminação S.A. (nova denominação da Sercomtel Iluminação S.A.) em 31 de dezembro de 2021 encontra-se na Nota Explicativa nº. 15.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e contas bancárias	3	86
Aplicações financeiras de liquidez imediata	5.654	-
Total	5.657	86

A Companhia considera como equivalentes de caixa os saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras referem-se a investimentos em Certificados de Depósito Bancário – CDB, junto à Caixa Econômica Federal, remuneradas com base em percentual do CDI – Certificado de Depósitos Interbancários.

7. Contas a receber de clientes

Referem-se a prestação de serviços executados, a serem recebidos nos próximos meses. Em 31 de dezembro de 2021 o total a receber registrado na contabilidade era de R\$ 168. Em 31 de Dezembro de 2020 o total era de R\$ 573.

8. Estoques

Referem-se a itens destinados à manutenção, melhorias, modernização e novas obras de implantação na rede de iluminação na cidade de Londrina, no montante de R\$ 3.317 em 31 de dezembro de 2021, dos quais R\$ 360 referem-se a serviços em execução (serviços em andamento). Comparativamente, o saldo do estoque em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 8.492.

9. Investimentos

A participação na investida, Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A. é registrada na contabilidade pelo método de equivalência patrimonial. Em 31 de dezembro de 2021 o Patrimônio Líquido da investida encontrava-se negativo. Dessa forma, conforme disposto no CPC 18 – Investimento em Coligada, Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, não sendo reconhecido na data do encerramento das demonstrações contábeis obrigações legais ou pagamentos em nome da investida, o valor do investimento foi reduzido a zero, sem o reconhecimento, até o momento, de um passivo referente à participação.

a. Participação Acionária:

A participação acionária na investida é apresentada na tabela abaixo. Durante o ano de 2021 a Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A. recebeu adiantamentos para futuro aumento de capital social realizados pelo Município de Londrina. Não havendo até o momento previsão de aportes por parte da Sociedade, a participação acionária na investida poderá ser diluída quando for formalizado o aumento do capital social e a emissão de novas ações.

**Companhia de Tecnologia e
Desenvolvimento S.A.**

(a) Participação no capital 31/12/2021	
% Participação	40,71%
Quantidade total de ações:	37.591
Quantidade de ações possuídas:	15.304
(b) Informação da controlada 31/12/2021	
Patrimônio Líquido	(5.447)
Prejuízo do exercício	(5.542)
(c) Saldo do investimento 31/12/2021	
Saldo do investimento no início do período	-
Aquisição de participação acionária	-
Equivalência patrimonial	-
Saldo do investimento em coligada em 31/12/2021	-

b. Informações da investida:

	País	Ativos	Passivos	Patrimônio Líquido	Prejuízo no Exercício
Em 31 de Dezembro de 2021					
Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A.	Brasil	5.075	10.522	(5.447)	(5.542)
		5.075	10.522	(5.447)	(5.542)

10. Imobilizado e Intangível

	Taxa anual de depreciação (%)	31/12/2021	31/12/2020
		Custo de aquisição	Líquido
		Depreciação acumulada	Líquido
Máquinas e equipamentos	10	62	33
Equipamentos de informática	20	278	90
Equipamentos eletrônicos	20	43	26
Veículos	20	2.119	286
Móveis e utensílios	10	161	85

Ferramentas e acessórios	20	44	(14)	30	49
Softwares	20	25	(10)	15	28
Total		2.732	(2.237)	496	597

a) Garantias

Na data de levantamento das demonstrações contábeis, não existiam bens do ativo imobilizado oferecidos a terceiros como garantias relacionadas a empréstimos bancários.

b) Valor recuperável do ativo imobilizado (*impairment*)

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado deveria ter seu valor reduzido por *impairment*. Foram conduzidas análises sobre alguns itens do ativo imobilizado escolhidos considerando critérios como o valor contábil, relevância e data da aquisição. Os itens selecionados foram catalogados e analisados individualmente conforme fontes internas e externas de informação definidas no CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Tais itens não apresentaram indicadores positivos, dessa forma dispensou-se a realização do *impairment test*.

c) Movimentação do imobilizado

As baixas realizadas referem-se exclusivamente a itens que durante a análise e verificação periódica do imobilizado foram considerados inservíveis, ou ainda, que não apresentaram mais as características necessárias para que se mantivessem como ativo imobilizado. Foram baixados itens danificados, desgastados, obsoletos e licenças expiradas.

	<u>31/12/2020</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>Depreciação</u>	<u>31/12/2021</u>
Máquinas e equipamentos	33	15	-	-	(6)	42
Equipamentos de informática	90	34	(6)	-	(40)	78
Equipamentos eletrônicos	26	0	-	-	(9)	18
Veículos	286	0	-	-	(93)	193
Móveis e utensílios	85	49	(1)	-	(14)	120
Ferramentas e acessórios	49	5	(36)	-	12	30
Softwares	28	6	(19)	-	1	15
Total	597	108	(62)	-	(149)	496

11. Fornecedores

Referem-se a valores a pagar para fornecedores de materiais e serviços, no montante de R\$ 1.093 e R\$ 224, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, respectivamente.

12. Obrigações sociais

31/12/2021

31/12/2020

INSS a recolher	112	96
FGTS a recolher	31	28
Outras obrigações com pessoal	40	114
Parcelamento Previdenciário	290	303
Provisão para férias e encargos	466	437
Provisão para 13º salário e encargos	-	-
Total	939	978

a) Obrigações Sociais Longo Prazo

	31/12/2021	31/12/2020
Parcelamento Previdenciário	-	277
Total	-	277

13. Obrigações tributárias

	31/12/2021	31/12/2020
PIS a recolher	14	27
COFINS a recolher	64	124
Imposto de renda a recolher	1	-
Contribuição social a recolher	-	-
PIS, COFINS e CSLL retidos	3	-
ISS a recolher	5	1
INSS a recolher - retenção na fonte NF	1	1
Parcelamentos tributos federais	236	273
Total	324	426

a) Apuração de imposto de renda e contribuição social correntes

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro (Prejuízo) contábil antes do IRPJ e da CSLL	(465)	1.321	(465)	1.321
(+) Adições	20	2.171	20	2.171
(-) Exclusões	-	-	-	-
Base de Cálculo dos Tributos	(445)	3.492	(445)	3.492
. Alíquotas	15%	15%	9%	9%
Total	67	(524)	40	(314)
. Adicional do IRPJ (10%)	-	(325)	-	-
. (-) Dedução PAT	-	5	-	-
IRPJ e CSLL Diferidos (IRPJ e CSLL no Exercício)	67	(844)	40	(314)

Alíquota efetiva IRPJ e CSLL	-15%	24%	-9%	9%
-------------------------------------	-------------	------------	------------	-----------

b) Obrigações Tributárias Longo Prazo

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Parcelamentos tributos federais	-	228
Total	-	228

14. Partes relacionadas

As transações realizadas com controladora Prefeitura do Município de Londrina, a acionista minoritária Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização – CMTU – LD, e com a investida Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A., são apresentadas na sequência, conforme saldo no ativo e passivo:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Contas a Receber - Município de Londrina	168	573
Dividendos a Pagar - Município de Londrina	-	(712)
Dividendos a Pagar - Sercomtel Participações S.A.	-	(75)
Dividendos a Pagar - Comp. Mun. de Trâns. e Urba. - CMTU-LD	-	(4)
Total	168	(218)

As transações com partes relacionadas geraram os seguintes reflexos no resultado, em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Município de Londrina	20.197	33.887
Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A.	(1.856)	(30)
Total	18.341	33.857

As transações realizadas junto ao Município de Londrina, destacadas na presente Nota Explicativa, referem-se aos serviços de Manutenção da Iluminação Pública no Município e Distritos e Modernização da Iluminação Pública (instalação e substituição de luminárias em Led). As despesas contratadas junto à Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A. (investida), referem-se ao atendimento dos chamados de manutenção da iluminação pública realizados pelos municípios (Call Center) e a serviços de caráter administrativo, incluindo aí as despesas decorrentes do compartilhamento das estruturas físicas das empresas.

As operações mercantis com partes relacionadas são realizadas em condições específicas acordadas entre as respectivas partes. Essas operações, devido às suas características específicas, embora tenham seu valor de mercado avaliadas, não são comparáveis com operações semelhantes com partes não relacionadas.

Remuneração e benefícios da Administração

A remuneração da Administração (benefícios de curto prazo) contempla os honorários concedidos a diretores e conselheiros. Tais valores totalizaram até 31 de dezembro de 2021, R\$ 704 (até 31 de dezembro de 2020, R\$ 205) sem encargos, e encontram-se registrados nas rubricas despesas administrativas. O aumento nos gastos se justifica pela separação da Sociedade do “Grupo Sercomtel”, dando fim ao compartilhamento de administradores entre as empresas.

15. Patrimônio líquido

a) Capital Social

Em 1º de setembro de 2020, a 24ª Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento de capital da Sociedade no valor de R\$ 1.400, no montante de 1.400 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais sem valor nominal, através da transferência do referido valor da conta de Reserva de Lucros.

Após realizados os trâmites necessários para registro dos atos, o Capital Social passou a estar composto por 3.671 ações nominativas, sem valor nominal, no valor total de R\$ 3.671.

Em 23 de dezembro de 2020, foi concluída a desestatização da Sercomtel S.A. - Telecomunicações, razão pela qual sua subsidiária integral, Sercomtel Participações S.A., alienou ao Município de Londrina o total das ações a que possuía na Sercomtel Iluminação S.A. (Londrina Iluminação S.A.), ou seja, R\$ 367 representados por 367 ações.

Em 29 de dezembro de 2020, o Município comunicou à Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização – CMTU – LD, sociedade de economia mista, cujo capital pertence majoritariamente ao Município, que estava transferindo as ações recebidas da Sercomtel Participações à CMTU-LD, através da integralização das mesmas no seu capital social.

Em 07 de outubro de 2021 a 30ª Assembleia Geral Extraordinária aprovou a proposta para o aumento do Capital Social em R\$ 716, equivalente a 716 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2021 o Capital Social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 4.387 representados por 4.387 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A distribuição das ações do Capital Social subscrito está assim representada:

	Quantidade de Ações	Participação
Município de Londrina	4.016	8,46%
Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização	371	91,54%
Total	4.387	100,00%

b) Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício, nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c) Distribuição de dividendos

A Sociedade distribui, em cada exercício social, pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do lucro ajustado nele apurado, obedecidas as disposições da Lei nº 6.404 de 1976 e o seu Estatuto Social. Nos termos da legislação e estatuto, poderá a Companhia também realizar a distribuição de Juros Sobre Capital Próprio.

d) Reserva de lucros

Nos termos do art. 197 e 202 da lei nº 6.404/1976, a Administração da Companhia propõe a destinação do saldo remanescente de lucros acumulados à constituição de reserva de lucros. Sendo apresentando prejuízo no exercício, os valores são compensados junto à conta Reserva de Lucros, conforme legislação societária vigente.

16. Receita Líquida

A Companhia apresentou no primeiro semestre uma desaceleração no ritmo das obras de Modernização da Iluminação Pública, causada pela transição entre os contratos com o Município. Ademais, no mesmo período no ano anterior, houve uma aceleração atípica no ritmo das obras, devido à terceirização de parte dos serviços, ampliando assim a capacidade de instalação/substituição das luminárias, causando a discrepância na receita apresentada na tabela a seguir.

	31/12/2021	31/12/2020
Receita Bruta com serviços prestados	20.197	33.887
(-) Deduções		

. PIS	(214)	(289)
. COFINS	(987)	(1.333)
. ISS	(428)	(612)
Total da Receita Líquida	18.568	31.653

17. Informações sobre a natureza das despesas

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir.

17.1. Custo dos serviços prestados

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Pessoal e encargos	3.503	4.176
Cooperação técnica	-	-
Software	206	170
Material aplicado	8.946	18.911
Call center	717	123
Consumo de combustível	126	73
Manutenção da frota	277	184
Outros serviços de terceiros PJ	63	375
Outros custos	741	687
Depreciação e amortização	135	431
Total	14.714	25.130

17.2. Despesa gerais e administrativas

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Pessoal e encargos	2.167	1.411
Aluguel	243	290
Consultoria em software	47	70
Conselho fiscal	281	52
Suporte corporativo	1.201	178
Cooperação técnica	-	-
Outros serviços de terceiros PJ	17	23
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-
Outras despesas	372	181
Depreciação e amortização	34	40
Despesas tributárias	52	41
Total	4.414	2.286

17.3. Outras despesas e receitas operacionais

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Baixa de Imobilizado	(32)	-
Resultado negativo da equivalência patrimonial	-	(2.171)
Participação nos Lucros e Resultados	(1)	(86)
Total das outras despesas operacionais	(33)	(2.257)

Resultado positivo da equivalência patrimonial	-	-
Ganho por compra vantajosa em investimentos	-	-
Outras receitas operacionais	28	91
Total das outras receitas operacionais	28	91
Resultado das outras receitas (despesas) operacionais	(5)	4

18. Resultado financeiro

	31/12/2021	31/12/2020
Juros, multas e descontos financeiros pagos	(40)	(834)
Despesas bancárias e IOF	(4)	(10)
Juros sobre Capital Próprio	-	-
Total das despesas financeiras	(44)	(844)
Rendimentos de aplicações financeiras	130	29
Multa contratual	-	66
Juros ativos e descontos recebidos	14	-
Total das receitas financeiras	144	95
Resultado financeiro líquido	100	(749)

19. Instrumentos financeiros

As operações realizadas pela Companhia através de instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme quadro abaixo.

	31/12/2021	31/12/2020
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	5.657	86
Contas a receber - Partes Relacionadas	168	573
Outros créditos	19	8
Passivo		
Fornecedores e outras contas a pagar	(1.093)	(224)
Partes relacionadas	-	(791)
Outras obrigações	(14)	(1)
Total	4.737	(349)

Os saldos classificados como instrumentos financeiros referem-se a:

Caixa e equivalentes de caixa: Incluem caixa, saldos em conta corrente e em aplicações financeiras, com valores disponíveis para realização na data de elaboração das demonstrações financeiras.

Contas a receber de clientes/fornecedores: Decorrem diretamente das operações da Companhia, registrados pelo seu valor original, deduzido de provisões para eventuais perdas e ajustadas a valor presente;

Adiantamentos a fornecedores/ Outras contas a receber/outras contas a pagar: Decorrem de adiantamentos realizados/recebidos e demais saldos ligados diretamente às operações da Companhia.

Créditos com acionistas controladores e coligados: Referem-se a saldos de empréstimos a receber/pagar aos sócios da Companhia.

Empréstimos e financiamentos: Contratações realizadas com instituições financeiras, registradas pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais.

Gerenciamento de risco financeiro

Os valores de mercado estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Os riscos são mensurados analisando as tendências de mercado.

A Companhia demonstra as seguintes exposições aos riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez
- Risco de mercado

Essa nota apresentará informações sobre a exposição a cada um dos riscos supracitados, descrevendo os objetivos, as práticas e os processos de mensuração e gerenciamento destes.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em honrar com as obrigações associadas com seus passivos financeiros a serem liquidados com pagamentos à vista, outros empréstimos, ou monetização de outros ativos.

Risco de mercado

Risco decorrente da possibilidade de oscilações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros.

20. Contingências

A Sociedade, juntamente com suas partes relacionadas, integra o polo passivo em ações judiciais envolvendo questões trabalhistas e cíveis.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, não constituiu provisão para contingências passivas, já que não foram identificados processos judiciais em que seja provável a formação de um passivo.

Adicionalmente, a Companhia, com base em parecer dos assessores jurídicos da Empresa, divulga as ações com possibilidade possível de perda, as quais somam o montante de R\$ 183 e estão assim divididas:

	Prognóstico
Ações de Cunho Cível	103
Ações Trabalhistas	80
Total	183

21. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura de seguros contra riscos operacionais está composta conforme apresentado a seguir:

	Limite máximo indenização - R\$ Mil
Riscos cobertos	
Veículos	2.822
Seguro de Responsabilidade Civil	20.000
Imóveis/Estoque	10.000
Total	32.822

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marco Antônio Fortunato David
Presidente

Florindo Dalberto
Membro

Oscar Alberto Bordin
Membro

Leandro Silva da Rosa
Membro

Henrique Hiroshi Nakama
Membro

Juarez Paulo Tridapalli
Membro

Flávio Marcos Bento Vendramini
Membro

CONSELHO FISCAL

Moisés Silva Junior

Marcos José de Lima Urbaneja

Luciana Viçoco de Oliveira

DIRETORIA

Cláudio Sérgio Tedeschi
Diretor Presidente

Beatriz de Oliveira Teixeira
Diretora Administrativo Financeira

Alexander Farias Fermino
Diretor de Operações

CONTADOR

Marcos Vinícius Beffa
CRC PR 071427/O-1